



Ministério da Fazenda



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

3.10 - Turismo em Bases Sustentáveis

Tendo a percepção do potencial turístico da Região Amazônica, bem como dos desafios que podem ser transformados em reais oportunidades de negócios, o Banco elabora anualmente o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, cujo macro-objetivo consiste em desenvolver e aperfeiçoar produtos financeiros e serviços bancários adequando-os às especificidades dos empreendimentos e da região, para alavancar negócios na atividade turística e contribuir para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, mantendo alinhamento com as políticas, planos, programas e prioridades de governo para a Amazônia.

No exercício de 2015 os financiamentos em apoio ao turismo regional sustentável atingiram o valor de R\$105,1 milhões (R\$163,1 milhões em 2014).

3.11 - FNO - Amazônia Sustentável

O Programa contribui para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, atendendo a empreendimentos rurais e não rurais, através das linhas de financiamento das atividades produtivas da Região.

No exercício de 2015, foram contratadas 5.161 operações, no total de R\$2.652,4 milhões (5.981 operações, no total de R\$3.912,4 milhões em 2014), contemplando atividades de agropecuária, inclusive irrigada, comércio e serviços, construção civil, indústria de transformação e turismo.

3.12 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Desde o lançamento do PAC, em 2007, o Banco tem contribuído com a iniciativa do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados no âmbito do PAC contemplam, sobretudo, setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

De 2007 a 2015, foram contratados 45 projetos infraestruturantes no âmbito do PAC, no total de R\$7.378,0 milhões, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2015, o valor contratado de R\$189,3 milhões, superou o realizado em 2014 (R\$187,5 milhões).

3.13 - Crédito Comercial

O saldo médio da carteira comercial encerrou o ano de 2015 com R\$1.754,8 milhões, representando um aumento de 33,5% em relação a 2014 (R\$1.314,3 milhões), com destaque para as linhas voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

3.14 - Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

A carteira TVM está composta por 74,1% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e 25,9% por títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures).

Em 2015, o resultado com TVM atingiu R\$880,6 milhões, contra R\$728,7 milhões em 2014, resultando em um crescimento de 20,8%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$770,4 milhões (R\$609,0 milhões em 2014), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$101,2 milhões (R\$127,4 milhões em 2014). O saldo médio da carteira registrado em 2015 foi de R\$5.949,0 milhões, 1,9% superior ao registrado em 2014 (R\$5.836,5 milhões).

3.15 - Captação de Recursos

• Depósitos

Em 2015, a carteira de depósitos encerrou com saldo médio de R\$3.232,3 milhões (R\$3.349,1 milhões em 2014), com destaque para o crescimento dos depósitos à vista de R\$719,7 milhões para R\$730,6 milhões.

• LCA

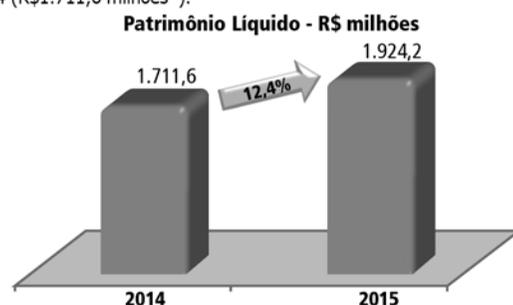
O Banco começou a operar, a partir de março/2015, com a "Letra de Crédito Produtor Rural" (LCA), e apresentou no final do exercício, saldo médio de R\$103,4 milhões.

• Empréstimos e Repasses

Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/FINAME e FDA, passando, em média, de R\$597,5 milhões em 2014 para R\$743,0 milhões em 2015.

4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2015, com Patrimônio Líquido de R\$1.924,2 milhões, superior em 12,4% em relação a 2014 (R\$1.711,6 milhões*).



(*) reclassificado

5 - ÍNDICE DE BASILEIA (LIMITES OPERACIONAIS)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2015 encerrou com índice de 17,6% (17,5% em 2014).

6 - GESTÃO DE RISCOS

O Banco da Amazônia possui políticas de gestão de riscos que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado e liquidez, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, o Banco conta com sistemas e equipe dedicada, com objetivo de adequar sua estrutura para a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados.

Alinhado aos princípios do Acordo de Basileia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de riscos permeia todas as unidades gerenciadoras de processos/riscos, e tem como objetivo gerir os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos. O Banco considera fundamental o gerenciamento de riscos e de capital para o processo de tomada de decisões, porque proporciona maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação risco versus retorno.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco - Pilar 3, no website do Banco da Amazônia: www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores.

7 - REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia recebeu do Banco Central a autorização para abrir novos postos de atendimento, ponto importante da estratégia de ampliação da capilaridade da rede, aspecto fundamental para tornar o Banco ainda mais competitivo. Com essa autorização, o Banco, na condição de agente financeiro do Governo Federal, alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), poderá promover o desenvolvimento de municípios considerados de "baixa renda" ou "estagnados", vislumbrando que no futuro o município poderá crescer e gerar retornos significativos, cumprindo sua missão de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros. Atualmente, o Banco possui 155 pontos de atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

8 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia adota como política as boas práticas de governança corporativa, convertendo princípios de transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, em ações objetivas com seu público interno e externo, disseminando a boa prática de governança e os seus benefícios para a empresa.

A Assembleia Geral é o órgão soberano da companhia. O Conselho de Administração é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral. Ressalta-se que o Presidente do Banco é parte integrante do Conselho de Administração, contudo, não é o Presidente do Conselho.

Em novembro de 2015, assumiu a Presidência do Banco o senhor Marivaldo Gonçalves de Melo, que ocupava a função de Superintendente Regional do estado do Tocantins.

O Conselho Fiscal atua de forma permanente na fiscalização da gestão verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários. Subordinado ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria atua assessorando-o em suas atribuições.

A Comissão de Ética, constituída por empregados nomeados pela Administração do Banco e eleitos pelo próprio funcionalismo, opera com diretrizes pautadas no Código de Ética da Instituição, que contém os padrões de condutas profissionais exigidos de seus administradores, empregados e contratados, estabelecendo deveres e vedações de acordo com os princípios da ética, da moral, da justiça e da disciplina.

Auditoria Interna

O Banco da Amazônia S/A, na forma da legislação vigente, possui unidade de Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração, denominada Secretaria Executiva de Auditoria Interna (Seaud). Sua responsabilidade é fornecer ao órgão de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comaud, etc.), avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, de modo a agregar valor à gestão. Os trabalhos de auditoria são geridos de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

No desempenho de suas atribuições a Auditoria Interna apresenta informações, sugestões e recomendações, consubstanciadas nos fatos constatados e relatados. Nos trabalhos de auditoria, os auditores designados realizam desde o planejamento até o acompanhamento das correções e confrontam uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou normativo.

A Auditoria Interna utiliza a aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, tendo como finalidades fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes e a cidadãos, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. Em 2015 foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 63 demandas (101 em 2014), atendidas dentro do prazo. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 65 registros (68 em 2014). Por intermédio do Sistema Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda foram recebidos 2 registros de solicitações e 1 de reclamação. Em comparação a 2014, destaca-se a redução de 72,8% nos registros de reclamações e de 9,8% nos registros de denúncias.

Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco da Amazônia é formado pelo conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Administração e por todos os empregados para assegurar a eficiência e eficácia para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, controlar os riscos existentes e garantir a efetividade da operacionalização das atividades em todos os seus níveis. A redefinição dos papéis das unidades integrantes do sistema de controles internos visa ao realinhamento das responsabilidades atribuídas às camadas de controle. A verificação de conformidade baseia-se em normas e regulamentos e busca identificar possíveis desvios, que ensejam a adoção de medidas corretivas. O resultado dessas verificações é utilizado para classificação (*rating*) das unidades de rede de agências para se avaliar o